

DISTÂNCIA POLÍTICA E CONFIANÇA NO JUDICIÁRIO: DISCUSSÃO E RESULTADOS

Lucas José de Castro Gaspar¹, Ednaldo Aparecido Ribeiro²

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Campus Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá – UEM.
lucasjc_gaspar@hotmail.com

²Orientador, Doutor. Programa de Pós Graduação e Ciências Sociais, Campus Maringá/PR, Universidade Estadual de Maringá – UEM.
ednaldorip@gmail.com

RESUMO

O presente artigo é resultado da pesquisa de dissertação apresentada pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Nesta pesquisa, procuramos analisar os efeitos da distância política na confiança dos brasileiros no Poder Judiciário. Para tanto, utilizamos os dados dos surveys aplicados pelo LAPOP no Brasil para os anos de 2007-2019. Empregamos modelos de regressão linear e logística para analisar os indicativos de confiança e da avaliação do Judiciário, assim como o apoio ao fechamento do STF. A título de comparação, incluímos também os indicativos de confiança em outras instituições do Estado, como o Governo Federal, Congresso e Partidos Políticos. O quadro geral de confiança institucional é de relativa estabilidade, mas descobrimos que a partir de 2012 há um movimento de expansão considerável de apoio ao fechamento do STF, indicando uma possível mudança no comportamento político de parte dos brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Confiança institucional; Judicialização; Desconfiança política.

1 INTRODUÇÃO

A confiança institucional foi pensada na Ciência Política por diversos autores preocupados com a estabilidade dos regimes democráticos. Desde os anos 1970, as pesquisas (ROSENBERG, 1957; EASTON, 1975; BELLAH, 1985) apontaram para uma significativa queda nos índices de confiança de forma generalizada nas democracias consolidadas. Esse quadro de queda nos indicativos de confiança motivou pesquisas que buscaram investigar sua natureza e papel para a estabilidade dos regimes, as consequências de sua queda para o sistema político e como ela surge e se mantém.

Apesar dos esforços em compreender esse fenômeno, poucas pesquisas voltaram sua atenção na confiança no Poder Judiciário, uma instituição fundamental para o funcionamento da democracia. No século XX, esse poder foi muito ampliado em democracias consolidadas e emergentes através de um movimento conhecido como judicialização, que tem sido reportado por diversos pesquisadores (MOTTA, 2012; ARANTES, 2014).

Na América Latina, o Poder Judiciário também ganhou mais força com a reabertura das democracias após longos períodos de regimes autoritários. Como ocorreu no caso brasileiro e outros países latino-americanos (Chile, Argentina, Bolívia, Peru e Uruguai), com as reformas institucionais, o papel do poder Judiciário ganhou mais protagonismo ao definir sobre questões de grave importância social e forte repercussão política.

No caso brasileiro, notamos a exposição dessa instituição nas últimas décadas a partir de grandes operações policiais movidas pelo Ministério Público e a Polícia Federal, instituições muito fortalecidas em reformas institucionais (ARANTES, 2014), assim como as decisões em julgamentos que trouxeram grandes consequências políticas por juízes em diversas instâncias, que marcaram o contexto brasileiro e geraram efeitos sobre as percepções dos brasileiros.

A partir disso, buscamos investigar em que medida a avaliação dos brasileiros e confiança no poder Judiciário foram afetadas em decorrência da maior visibilidade desse poder no contexto nacional em questões de forte impacto político.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizamos a série histórica de dados produzida pelo projeto Latin American Public Opinion Project (LAPOP) para o Brasil. O LAPOP é uma rede de pesquisa internacional, composta por instituições de todos os países das Américas, que realiza levantamentos de opinião pública no hemisfério, incluindo Américas do Norte e Latina e Caribe. A coleta de dados é baseada em questionários estruturados, com perguntas que contêm alternativas de resposta pré-codificadas e utiliza amostras probabilísticas representativas das populações nacionais, incluindo áreas urbanas e rurais, em mais de 27 países.

Trata-se da mais ampla rede de pesquisa sobre opinião pública nas Américas. Supera o Latino Barômetro, que enfoca apenas a América Latina, ao incluir também a América do Norte e alguns países do Caribe, e diferencia-se do World Values Survey, que tem ampla cobertura mundial, mas reduzida nas Américas. O projeto é coordenado atualmente por Elizabeth J. Zechmeister da Universidade de Vanderbilt, e conta com membros ativos em todos os locais onde a pesquisa é realizada. Trata-se de uma rede de pesquisadores especialistas em pesquisas de opinião pública que contribuem para a elaboração dos questionários e discussões sobre amostragem, tendo uma estrutura decisória bastante participativa e horizontal. Neste ponto, o LAPOP também é bastante diferente do Latino Barômetro, que é parte de uma organização com fins lucrativos e não permite a ampla participação de acadêmicos no projeto.

O questionário aplicado contém questões comuns a todos os países, chamado de módulo básico, e itens específicos para cada país, com perguntas que enfocam particularidades locais. Essa estratégia permite a construção de um banco de dados comparativo entre países e uma série temporal interna por país. Portanto, permite comparações longitudinais e transversais.

Os temas abordados são diversos. A temática central enfoca opiniões, atitudes e valores dos cidadãos das Américas e Caribe acerca de seus sistemas políticos e, principalmente, sobre o regime democrático. Dentro dessa temática mais ampla, a pesquisa aborda questões específicas sobre a compreensão, avaliação e apoio à democracia, associativismo cívico e participação em movimentos de protesto, vitimização, corrupção, direitos e discriminação, confiança e avaliação institucional, questões eleitorais e identificação partidária. Nesse sentido, o LAPOP também se diferencia de redes nacionais de pesquisa, como o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), cujo foco é basicamente questões eleitorais.

Em suma, o LAPOP oferece um retrato amplo e comparado de como pensam os cidadãos do Brasil em relação aos demais países das Américas e Caribe em temas centrais da discussão sobre comportamento político e cultura política na região.

A primeira rodada de entrevistas no país foi conduzida em 2006-7, com a participação de um amplo grupo de pesquisadores e coordenada por Denise Paiva e Simone Bohn, tendo sido beneficiada por recursos oriundos do Edital Universal do CNPq de 2006. Em 2008, a pesquisa foi financiada com recursos da Universidade de Vanderbilt e a colaboração técnica do Data-UnB, Instituto de Pesquisa de Opinião Pública da Universidade de Brasília. Para a rodada de 2010, o CNPq, novamente através do Edital Universal voltou a financiar a pesquisa, que contou também com recursos da Universidade de Vanderbilt.

Devido ao aporte financeiro do CNPq, em 2010 foram coletadas 2500 entrevistas (ao contrário das 1500 de anos anteriores), com amostras representativas para cada uma das

cinco regiões brasileiras. Provavelmente essa é a única pesquisa de cunho exclusivamente acadêmico no Brasil que permite comparações subnacionais, a nível regional, contrastando as opiniões dos cidadãos brasileiros das mais diversas regiões. Em 2012 e 2014 foram realizadas coletas de dados com amostras de 1500 casos, novamente financiadas pelo CNPq através de seu edital universal e a Universidade de Vanderbilt. Os recursos para a rodada de 2017 serão disponibilizados inteiramente pela Universidade sede do projeto, portanto, não serão necessárias solicitações às agências de fomento nacionais para a coleta de dados no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para nossa análise, fizemos uso de uma questão principal sobre a confiança no Judiciário e uma questão adicional sobre a avaliação deste poder. Também adicionamos outras questões sobre a confiança dos brasileiros em outras áreas do Estado, como o Congresso Nacional, partidos políticos, apoio ao fechamento do Congresso e apoio ao fechamento do STF.

A variável sobre a confiança no Judiciário foi medida em uma escala de 1 a 7, onde o menor número significa “nada” e o maior número “muito”. Em 2007, o valor era de 3,6, depois 3,7 em 2008 e 4 em 2010, a maior medida da série. Em 2012 voltou a 3,7 e depois 3,2 em 2014, demonstrando uma certa estabilidade dos níveis.

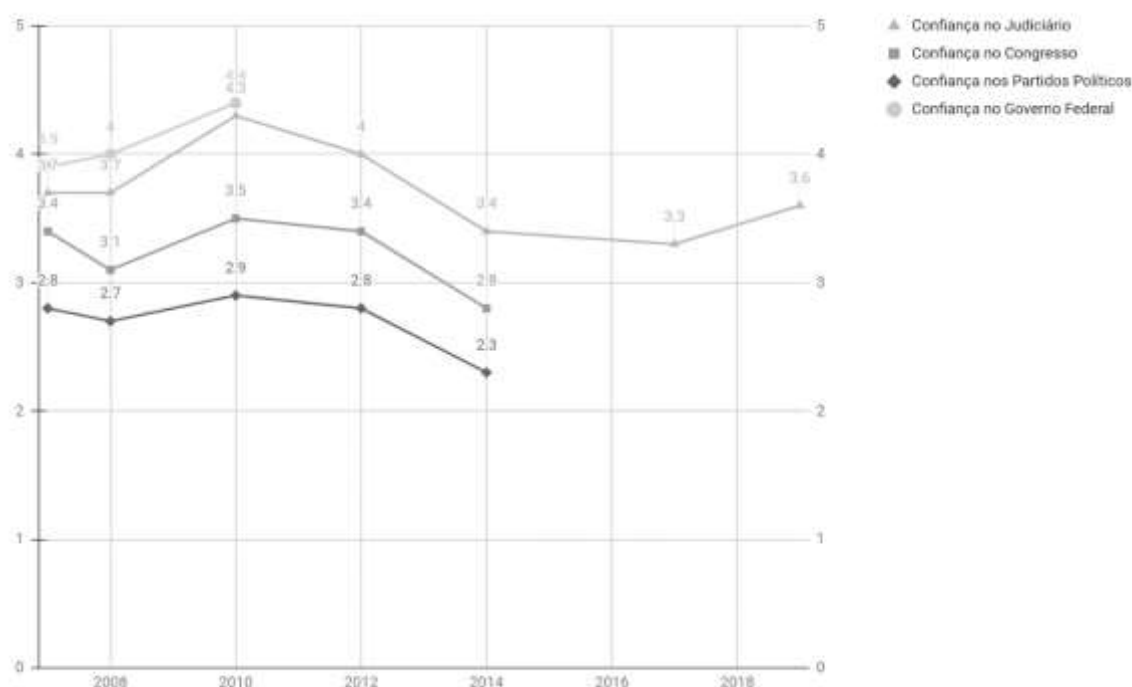


Gráfico 1: Medidas de confiança nas instituições Brasil - 2007-2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latin American Public Opinion Project de 2007 a 2019.

A mesma tendência de estabilidade foi verificada para a avaliação do Judiciário a partir da questão B1, também medida por uma escala de 1 a 7, onde o menor número significa “nada” e o maior “muito”. Em 2007 e 2008 os valores encontrados para a medida eram de 3,7, em 2010 chegou a 4,3 pontos, depois 4 em 2012, 3,4 em 2014, chegando a 3,3 em 2017, por fim 3,6 em 2019.

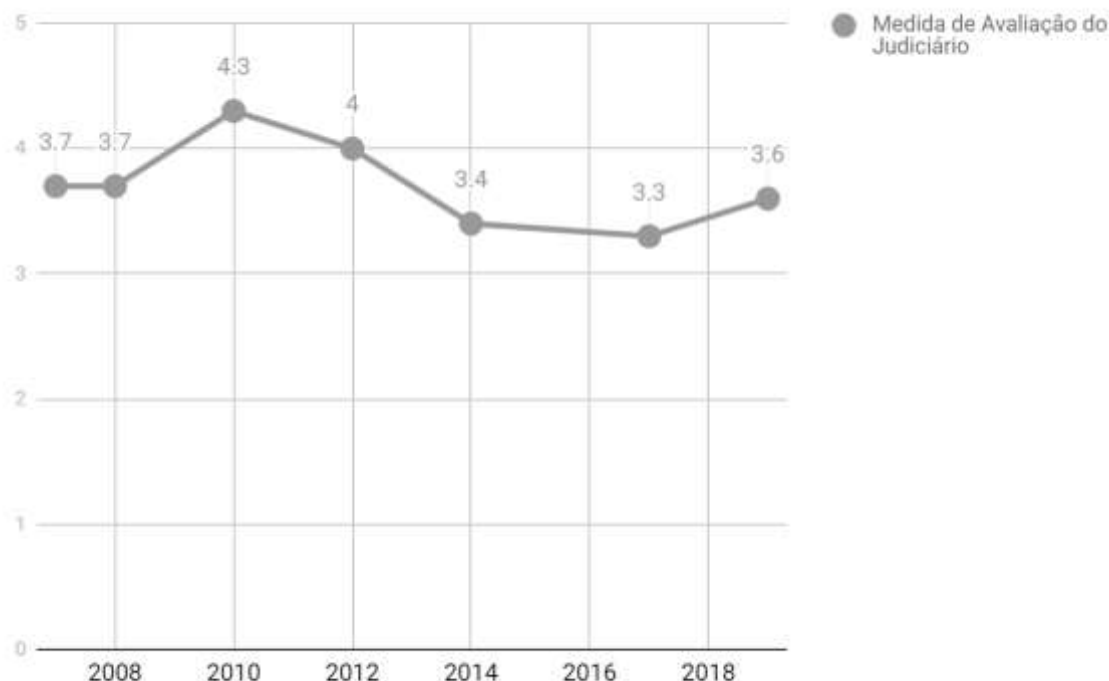


Gráfico 2: Medida de avaliação do Judiciário - Brasil - 2007-2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latin American Public Opinion Project de 2007 a 2019.

Quando analisamos a medida de aprovação da dissolução do STF, baseado na questão JC16, notamos um movimento muito interessante, indicando uma possível radicalização da opinião dos cidadãos a partir de 2012. Em 2007 a medida era de 17%, depois 14% em 2008, em 2010 verificamos o menor valor da série com 12%, a partir de 2012 há uma reversão de tendência e a medida de apoio ao fechamento passa a subir rapidamente, chegando a 38% em 2019.

A crise econômica que ocorreu logo no primeiro mandato da então Presidente Dilma Rousseff pode ter sido um dos principais fatores para uma mudança ideológica dos cidadãos brasileiros. Seu governo teve um índice de rejeição bastante acentuado a partir desse mesmo ano, agravado muito fortemente durante o segundo mandato, especialmente em vista do desempenho econômico piorado, que incluiu queda do Brasil no ranking de competitividade do 38º lugar para o 54º, aumento da inflação, o pior resultado da balança econômica em 10 anos, com queda de 34,75% no superávit em relação ao ano de 2011. Em 2013 o ano foi fechado com o pior resultado desde 2000 e em 2014 o déficit revisado chegou a 103,9 bilhões (CARVALHO, 2018).

Nesse período, o STF julgou diversas questões ligadas a minorias, como por exemplo, a união homo afetiva, a liberação da marcha da maconha, demarcação de terras indígenas, aborto de fetos anencéfalos e demais questões de grande impacto político, como a lei da ficha limpa e o financiamento de campanha por empresas privadas. Muitas dessas questões, especialmente as ligadas às minorias, contrariam os anseios de uma parcela significativa da população identificada com valores religiosos, principalmente os cristãos, evangélicos e católicos.

Especulamos a possibilidade de que em um contexto de ampliação do descontentamento com o governo e de aproximação da população com novos movimentos mais conservadores e à direita, como foram verificados nas diversas manifestações pelo Brasil a partir de 2013, houve um enfoque por parte dos movimentos sociais e de lideranças políticas contra o STF, que resultou no aumento do apoio ao fechamento dessa instituição, identificada de forma negativa. Atualmente, a Suprema Corte brasileira permanece em

evidência ao julgar questões muito polêmicas e de alto impacto político, como foi o caso da recente decisão em favor da anulação dos processos do ex-presidente Lula, a suspeição do então juiz do caso Sérgio Moro e a abertura da CPI sobre a atuação do Governo Federal durante a pandemia, decisões que muito provavelmente foram recebidas de forma muito negativa por parte dos cidadãos.

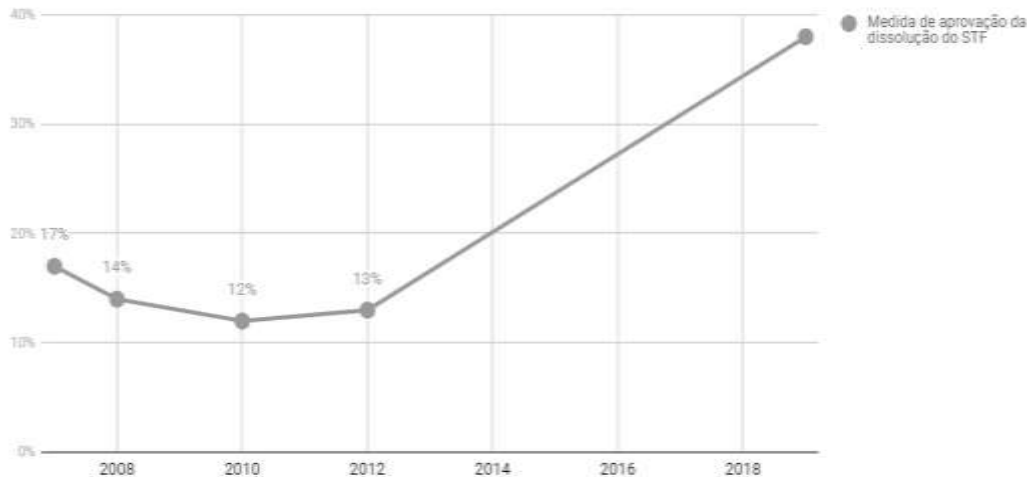


Gráfico 3: Medida de aprovação da dissolução do STF - Brasil - 2007-2019

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Latin American Public Opinion Project de 2007 a 2019.

O indicador de confiança no Judiciário parece acompanhar uma tendência semelhante em mais quatro instituições analisadas. Podemos notar uma convergência para o aumento da confiança de 2008 até 2010 e depois uma tendência de queda contínua em 2012 e 2014 para as medidas de confiança no Congresso e Partidos Políticos. Os dados disponíveis para a confiança no Judiciário apresentaram a mesma tendência das outras instituições até 2014, depois disso foi possível verificar a queda da medida chegando a 3,3 em 2017 e depois uma recuperação em 2019, chegando a 3,6 pontos. A confiança no Congresso, baseada na questão B13, apresentava um valor de 3,4 em 2007, depois 3,1 em 2008, subindo para o valor mais alto da série de 3,5 em 2010, depois 3,4 em 2012, caindo para a menor medida da série de 2,8 em 2014.

Infelizmente a questão sobre a confiança no Governo Federal esteve presente apenas nos surveys do LAPOP de 2007 até 2010. O valor encontrado em 2007 era de 3,9, depois 4 em 2008, chegando até o pico de 4,4 em 2010. Para os Partidos Políticos a medida de confiança, baseada na questão B21, foi de 2,8 em 2007, depois 2,7 em 2008, alcançou o valor mais alto da série com 2,9 em 2010, depois passou a cair em 2012 com 2,8 e chegou a medida mais baixa da série com 2,3 em 2014.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a redemocratização temos acompanhado um processo de expansão da atuação do Poder Judiciário como uma força cada vez mais presente no cotidiano brasileiro. A judicialização é um movimento verificado em diversos contextos democráticos, parte importante de um fenômeno global mais amplo que traz para legalidade diferentes esferas da vida pública nos estados modernos. Na América Latina, a retomada dos regimes democráticos depois de anos de ditaduras trouxe destaque para atuação do Poder Judiciário a partir de novas constituições e reformas neste poder.

Esse processo suscita também uma série de questões importantes para a qualidade das democracias. Ainda que a justiça tenha um papel fundamental, necessário e importante

para a manutenção do funcionamento da democracia, ela está sujeita à avaliação dos cidadãos, que em muitos casos pode ser negativa. No contexto latino-americano em especial, notamos índices significativos de desconfiança interpessoal e institucional, que afetam também o Poder Judiciário. Em nosso contexto, dentre as instituições mais confiadas ainda aparecem com destaque a Igreja Católica e o Exército.

As pesquisas sobre confiança geralmente são desenvolvidas com o foco no Legislativo e Executivo. Neste sentido, há uma certa carência de pesquisas especificamente sobre o Judiciário, especialmente no contexto das jovens democracias, como é o nosso caso. Neste trabalho, buscamos verificar os indicadores de confiança e avaliação do Judiciário entre 2007-2019. Tínhamos como hipótese a ideia de que as decisões proferidas pelo Judiciário nos últimos anos com grandes consequências sobre a política poderiam ter produzido algum tipo de efeito nos cidadãos.

Os modelos desenvolvidos para avaliar os indicativos de confiança e avaliação do poder judiciário indicaram certa estabilidade no quadro, mas a partir de 2012, descobrimos um aumento expressivo do apoio ao fechamento do Supremo Tribunal Federal. Esse parece ser um indicativo de que o Poder Judiciário é compreendido por parte dos brasileiros como uma instituição dividida, onde as primeiras instâncias são avaliadas positivamente e as instâncias superiores são pensadas a partir de referências mais negativas, especialmente a partir do desenvolvimento de operações jurídico-policiais nos últimos anos, que trouxeram grande destaque para juízes de primeira instância e procuradores do Ministério Público, além do STF que também foi alvo de grande midiáticação em decisões de grande efeito político.

Por fim, buscamos apenas a título de comparação, verificar os indicativos de confiança em outras instituições do Estado, como Partidos Políticos, Governo Federal e Congresso, onde encontramos uma queda sutil nos indicativos, demonstrando um quadro de relativa estabilidade.

Esperamos contribuir com uma leitura específica sobre o Judiciário, instituição que ainda recebe pouca atenção em pesquisas deste tipo, em um movimento mais amplo da recente política brasileira. Nossas descobertas parecem apoiar outros trabalhos que apontam para uma mudança nas atitudes políticas dos brasileiros nos últimos anos, fenômeno que levou ao término de um ciclo, com o fim dos governos petistas, e começo de um novo a partir das eleições de 2018. Ademais, é necessário ainda explorar certas lacunas que permanecem em aberto em pesquisas futuras. A avaliação de questões mais específicas sobre a confiança nas diferentes instâncias do Judiciário poderia trazer mais luz sobre essa relação e aprofundar como as decisões do STF e sua midiáticação impactam a percepção dos cidadãos também contribuiria para a compreensão desse fenômeno.

REFERÊNCIAS

ABED. Censo EAD.BR: **Relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2012**. Curitiba: Ibpex. Disponível em: http://www.abed.org.br/censoead2013/CENSO_EAD_2013_PORTUGUES.pdf. Acesso em: 11 jun. 2015.

ARANTES, Rogério B. Judiciário: entre a Justiça e a Política. *In*: AVELAR, Lucia; CINTRA, Antonio Octavio. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: F Konrad Adenauer; Editora UNESP, 2014.

ARANTES, Rogério B. **Rendición de cuentas y pluralismo estatal en Brasil**: Ministerio Público y Policía Federal. Desacatos. Ciesas, v. 49, 2015, p.1.

ARANTES, Rogério B.; MOREIRA, Thiago M. Q. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. **Opin. Publica**, Campinas, v. 25, n. 1, p. 97-135, abr. 2019.

BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística aplicadas às Ciências Sociais**. Santa Catarina: Editora Edufsc, 2014.

BELLAH, R.; MADSEN, W. M.; SULIVAN, A.; SWINDLER, T. S.M. **Habits of the heart: Individualism and Commitment in American Life**. Berkeley, CA: University of California Press, 1985.

BRADFORD, Ben; JACKSON, Jonathan. **Public trust in criminal justice: a review of the research literature in the United States**, London School of Economics, London, 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228264312_Public_Trust_in_Criminal_Justice_A_Review_of_the_Research_Literature_in_the_United_States

BRADFORD, B.; JACKSON, J.; HOUGH, M. Trust in justice. *In*: USLANER, Erick M. **The Oxford Handbook of Social and Political Trust**, 2017, P.633-653.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. [S. l.]: Editora Todavia S.A. 193 páginas, 2018. ISBN 9788593828638

CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. **The crisis of democracy**. New York University Press., New York, 1975.

EASTON, David. **A framework for political analysis**. University of Chicago. Prentice-Hall, Inc. Nova Jersey, United States, 1965.

EASTON, David. **Varieties of political theory**. University of Chicago. Prentice-Hall, inc. on Contemporary Political Theory. United States, 1966.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**. Cambridge University, United Kingdom, 5(4), 1975, pp.435-457.

European Social Survey. **Trust in justice: topline findings from the European Social Survey**, ESS Topline Results Series Issue 1. By JACKSON, J., HOUGH, M., BRADFORD, B., POOLER, T. M., HOHL, K., KUHA, J. FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. *Bras. political sci. rev.*, São Paulo, v. 15, n. 1, e0005, 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212021000100202&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 29 mar. 2021. Epub Dec 02, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821202100010003>.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Antipartidarismo e tolerância política no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.** Curitiba, v. 28, n. 76, e009, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782020000400203&lng=en&nrm=iso. acesso em 29 de abril de 2021. Epub 02 de abril de 2021. <https://doi.org/10.1590/1678-987320287609>

HUNTINGTON, Samuel. "Democracy's Third Wave". **Journal of Democracy**, v. 2. n. 2, University of Oklahoma Press, 1993.

Índice de Confiança na Justiça Brasileira - **ICJBrasil**, 2017. Disponível em:
<https://direitosp.fgv.br/publicacoes/icj-brasil>

INGLEHART, R. Trust, well-being and democracy. *In*: M. E. Warren (ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp.88–120.

IPESP. **Estudo de Imagem do Judiciário**. 2019. Disponível em:
<https://www.amb.com.br/wp-content/uploads/2019/12/ESTUDO-DA-IMAGEM-DO-JUDICIA%cc%81RIO-BRASILEIRO.pdf>

MOISÉS, J. A. A desconfiança das instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. 11, n.1, 2005, p.33-63.

MOISÉS, J. A. **Citizens Evaluation of Democratic Institutions and The Quality of Democracy in Brazil**. Paper to the 20th IPSA World Congress, Fukuoka, 8-13, jul. 2006.

MOISES, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil. **Opin. Publica**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-2, jun. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762008000100001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2020.

MOTTA, Luiz Eduardo. Judicialização da política e representação funcional no Brasil contemporâneo: uma ameaça à soberania popular? **Confluências**, v. 12, n. 1. Niterói: PPGSD-UFF, out. 2012, p. 192-218. ISSN 1678-7145

ROSENBERG, M. Misanthropy and Attitudes towards International Affairs. **Journal of Conflict Resolution**, 1957, p. 340-345.